

**Parecer nº 104/99**

Data. 1000.06.30

Processo nº 630

**Reclamante:** Domingos José Fernandes Fevereiro.

**Entidade reclamada:** Secretário-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros

**I - Os Factos**

Domingos José Fernandes Fevereiro, identificado no processo, reclama do indeferimento tácito de pedido - formulado por escrito ao Secretário-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros - de certidão dos elementos de identificação (acto legislativo e/ou administrativo, número de identificação e data de publicação em *Diário da República*) de todos os actos legislativos e regulamentares (“incluindo eventuais declarações de rectificação e despachos de delegação de poderes e competências”) sobre organização e funcionamento de vários serviços e organismos integrados no – ou sob tutela do - Ministério dos Negócios Estrangeiros.

**II - O Direito**

1. O princípio do arquivo aberto, consagrado na Constituição (artigo 268º, nº 2) e normativamente concretizado na Lei nº 65/93, de 26 de Agosto, visa comunicar aos cidadãos informações sobre a actividade da Administração que, em face do segredo administrativo, anteriormente vigente, nunca chegariam a conhecer; mas não documentos que, pela sua própria natureza, como é o caso da actividade normativa do poder legislativo ou do poder administrativo, constam de diplomas publicados no Diário da República. Os cidadãos não têm, pois, o direito de obter, ao abrigo da Lei nº 65/93, de 26 de Agosto, de um serviço da Administração Pública, exemplares, fotocópias ou certidões de normas jurídicas publicadas em jornais oficiais.

2. Todavia, se a Secretaria-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros tiver uma lista já elaborada com a identificação da legislação em causa, detém um documento administrativo comunicável. Em tal caso, deve, pois, satisfazer a pretensão do ora reclamante, assim cumprindo os ditames da Lei nº 65/93.

Se não detém essa lista, não se encontra legalmente obrigada a elaborá-la para satisfazer um pedido de acesso ao abrigo da Lei 65/93, de 26 de Agosto, visto que esse trabalho implicaria investigação e não mera busca arquivística.

### **III- Parecer**

A CADA é de parecer que o Secretário-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros tem de emitir a certidão solicitada por Domingos José Fernandes Fevereiro no caso de esse organismo possuir uma lista já elaborada com a identificação da legislação em causa.

Aprovado na sessão da CADA de 30 de Junho de 1999.

*Castro Martins (Presidente) – Silva Marques – Narana Coissoró – Vasco Almeida – Francisco de Brito – José Renato Gonçalves*